

Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO

- () INDICAÇÃO RESERVADO À DIR. GERAL
- () REQUERIMENTO N.º 04 DATA 18/02/2026
- (x) MOÇÃO de REPÚDIO Assinatura

Sr. Presidente e Srs. Vereadores:

As Vereadoras abaixo assinadas, solicitam na forma regimental para que após aprovado pelo Plenário, seja enviado ofício as lideranças partidárias na Câmara Federal e no Senado Federal, manifestando posicionamento contrário ao Projeto de Lei 1702/2019, por entender que o texto nos moldes atuais:

- Amplia de forma desproporcional direitos de obtentores vegetais;
- Fragiliza o equilíbrio contratual;
- Eleva custos produtivos;
- Pode comprometer a sustentabilidade econômica das propriedades rurais.

Manifestamos também repúdio com a consolidação de cobrança de royalties no patamar de 7,5% por representar aumento direto no custo da produção e potencial redução da renda no meio rural.

A economia municipal depende da vitalidade do setor produtivo. Medidas que ampliem custos estruturais repercutem diretamente na arrecadação, no emprego e no comércio local.

Reiteramos a luta e o compromisso da nossa Câmara de Vereadores na defesa de uma revisão profunda da matéria legislativa, com garantia de equilíbrio econômico e proteção ao produtor rural.

Justificamos ainda nosso posicionamento, tendo em vista que o setor agropecuário brasileiro, especialmente no Rio Grande do Sul, tem enfrentado desafios significativos nos últimos anos, devido a fenômenos climáticos extremos, como enchentes e secas severas. Essas adversidades têm comprometido a capacidade produtiva dos agricultores e gerado um acúmulo preocupante de dívidas no setor.

Sendo assim, entendemos que a cobrança dos royalties neste patamar irá impactar mais uma vez na renda dos produtores rurais, fragilizando cada vez mais este setor tão sofrido nos últimos tempos.

Neste sentido, reiteramos nosso apelo para que Vossas Excelências sejam sensíveis ao nosso clamor, para beneficiar a classe produtora do nosso país.

Solicitam ainda, que seja encaminhado pedido a ASCAMJA (Associação das Câmaras Municipais do Alto Jacuí), solicitando apoio desta entidade, para que se juntem as Câmaras de Vereadores da nossa região na luta, posicionamento contrário ao Projeto de Lei em questão conforme os moldes atuais.

Câmara Mun. de Santo Antônio do Planalto
APROVADO POR UNANIMIDADE
Na reunião de 18/02/2026

Ver. CEZAR FORMENTINI

Plenário Ver. Larri Bangemann, 18 de fevereiro de 2026.

Vereadoras:

Letícia Karling, Marcia Worm

LETÍCIA KARLING/PSDB E MÁRCIA WORM/PDT

OBSERVAÇÕES

Mairon Luiz Vicente
[assinatura]
[assinatura]

[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]